



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**Assembleia Legislativa**

www.protocolo.pi.gov.br  
AP.010.1.001645/16  
Senha: 62BD08E

AL-P-(SGM) Nº 011

Teresina (PI), 02 de fevereiro de 2016.

Senhor Governador,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar-lhe, devidamente aprovado pelo Poder Legislativo, o anexo **Indicativo de Projeto de Lei** de autoria do **Deputado Rubem Martins** que:

**“Estabelece a obrigatoriedade da presença de profissionais de Psicologia nas Escolas de Ensino Infantil, Fundamental e Médio do Estado do Piauí, e dá outras providências”.**

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de especial consideração e elevado apreço.

Dep. **THEMÍSTOCLES FILHO**  
Presidente

Excelentíssimo Senhor  
**JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS**  
Digníssimo Governador do Estado do Piauí  
Palácio de Karnak  
**NESTA CAPITAL**

APÓIO DO GAB. DO GOVERNADOR  
RECEBI em 02/02/16  
Responsável



# ESTADO DO PIAUÍ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

1

INDICATIVO Nº 28 DE DE DE 2015

*Estabelece a obrigatoriedade da presença de profissionais de Psicologia nas Escolas de Ensino Infantil, Fundamental e Médio do Estado do Piauí, e dá outras providências.*

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ**, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É obrigatória a presença do Psicólogo Escolar em Escolas Públicas de Ensino Infantil, Fundamental e Médio do Estado do Piauí.

Art. 2º O Psicólogo Escolar terá a função de atuar junto às famílias, corpo docente, discente, direção e equipe técnica, com vistas à melhoria do desenvolvimento humano dos alunos, das relações professor-aluno e aumento da qualidade e eficiência do processo educacional, através de intervenções preventivas, podendo recomendar atendimento clínico, quando julgar necessário.

§ 1º Em sua atuação, além do disposto no art. 2º desta Lei, o Psicólogo Escolar dará atenção especial à identificação de comportamento anti-social relacionado a problemas de violência doméstica, assédio escolar (bullying), abuso sexual e uso de drogas.

§ 2º A presença do Psicólogo Escolar ocorrerá à razão de um (01) para cada 200 (duzentos) alunos, com carga horária mínima de 25 (vinte e cinco) horas semanais.

Art. 3º É vedado ao Psicólogo Escolar, o serviço de atendimento terapêutico dentro da Instituição/Escola.

Parágrafo único. É facultado às Escolas oferecerem atendimento terapêutico, desde que fora do ambiente escolar.

Art. 4º As Escolas terão prazo de um (01) ano para se adequarem às exigências desta Lei, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 5º Caberá à Secretaria Estadual de Educação do Piauí – SEDUC, a responsabilidade de coordenar a inserção dos profissionais de Psicologia nas Escolas Públicas da Rede Estadual de Ensino.

Art. 6º O descumprimento desta Lei, implicará nas penalidades legais aplicáveis pelos órgãos e entidades de controle social dessas atividades.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO PETRÔNIO PORTELA**, em Teresina (PI), 18 de novembro de 2015.

Dep. **THEMÍSTOCLES FILHO**  
Presidente

Dep. **FERNANDO MONTEIRO**  
1º Secretário

Dep. **WILSON BRANDÃO**  
2º Secretário

